

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.602.939 -
MG (2016/0137722-5)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : PEDRO ROGÉRIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : MARCELO MORAGAS PUGLIA E OUTRO(S) - MG093567
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
**PROCURADOR : RICARDO MAGALHÃES SOARES E OUTRO(S) -
MG059998**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. NÃO CABIMENTO PARA ANÁLISE DE REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. ENTENDIMENTO MANTIDO COM A REVOGAÇÃO DO ART. 1.043, II, DO CPC/2015 PELA LEI N. 13.256/2016. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática que rejeitou liminarmente os embargos de divergência.

II - Os embargos de divergência têm por finalidade uniformizar a jurisprudência do próprio Superior Tribunal de Justiça, quando se verificar idênticas situações fáticas nos julgados, mas se tenha dado diferente interpretação na legislação aplicável ao caso, não se prestando para avaliar possível justiça ou injustiça do *decisum* ou corrigir regra técnica de conhecimento.

III - No caso dos autos, o acórdão embargado considerou não ser cabível a análise de pedido de revisão do montante indenizatório fixado pela instância ordinária a título de danos morais, diante da impossibilidade de discussão sobre fatos e provas, por óbice do Enunciado n. 7 da Súmula do STJ. Dessa forma, como não houve decisão de mérito a respeito da matéria, não são cabíveis embargos de divergência.

IV - Cabe ainda salientar que o CPC de 2015, em seu art. 1.043, II, previa a possibilidade de interposição de embargos de divergência em se tratando de arestos relativos a juízo de admissibilidade. Ocorre que tal dispositivo foi revogado quando da edição da Lei n. 13.256/2016, ratificando o entendimento já prestigiado por esta Corte de Justiça, que recentemente já se manifestou a respeito do assunto: AgInt nos EREsp n.

1.473.968/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial,
julgado em 17/8/2016, DJe 30/8/2016.

V - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Og Fernandes, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator